

 <b>TCE MG</b> <small>TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS</small>	<b>Questionário n. 06 – Fiscalização do ISS</b>	<b>Documento n. 11/2019</b>
<b>Prefeitura Municipal de Betim</b>	<b>Servidores Técnicos</b>	<b>Gerente de Auditoria</b>
	Ignácio de Loyola Eyer Cabral – TC 1599-4	Daniel Uchôa Costa Couto
	João Bosco de Resende – TC 1475-1	
Tatiane Montes de Oliveira – TC 3246-5		

Item	Questão	SIM	NÃO
1	O município possui planejamento e elabora cronograma de fiscalização do ISS?		X
2	A administração tributária possui rotinas de controle para aferição do cumprimento do planejamento de fiscalização do ISS realizado, ou seja, das metas e resultados consignados no planejamento?		X
3	O município realiza algum tipo de procedimento fiscalizatório dos contribuintes de ISS?  Observação: Exemplos de procedimentos: monitoramento da arrecadação do ISS com a finalidade de detectar oportunamente qualquer flutuação significativa na arrecadação, para fins de direcionar a realização de fiscalizações; procedimentos capazes de aferir regularmente a movimentação econômica das instituições bancárias e cartoriais, para fins de constituição do ISS; procedimento de conciliação entre o faturamento declarado no Portal do Simples Nacional e o total de documentos fiscais emitidos e declarados à Prefeitura.	X	
4	Existe fiscalização baseada em monitoramento de arrecadação de contribuintes do ISS?  Em caso positivo, descreva em folha anexa, de forma sucinta e objetiva, o tipo de monitoramento, como: contribuintes inadimplentes, maiores contribuintes, arrecadação de ISS por comparação da arrecadação entre os contribuintes de mesma atividade, etc.	X	



5	O município realiza ações fiscais nos locais e estabelecimentos onde se exercem as atividades sujeitas às obrigações tributárias com a finalidade de obter elementos que lhe permitam verificar a exatidão das declarações apresentadas pelos contribuintes e responsáveis, e de determinar com precisão a natureza e o montante dos créditos tributários?	X	
6	Todos os bancos situados no município recolhem o ISS sobre seus serviços bancários?	X	
7	Os recolhimentos sobre os serviços bancários são realizados com base na movimentação econômica?		X
8	São realizados procedimentos de fiscalização para averiguar a correção dos valores informados e recolhidos pelas instituições bancárias mediante comparação com seus demonstrativos contábeis (COSIF)?	X	
9	O município possui <i>software</i> de inteligência fiscal para as instituições financeiras de modo a recepcionar de maneira automática as informações necessárias para a apuração do ISS a recolher pelo contribuinte?  Em caso positivo, indicar o <i>software</i> : <u>Giss Online</u>	X	
10	Há previsão na legislação municipal de obrigação acessória para apresentação de declaração periódica sobre a movimentação financeira e econômica pelas instituições financeiras e cartorárias (p. ex.: arquivos fiscais ou contábeis) de modo a possibilitar à administração tributária aferir a base de cálculo do ISS e o acompanhamento do seu recolhimento?  Em caso positivo, indicar normas, artigos, incisos: <u>Decreto 35.057/2013, art. 4º, § 2º</u>	X	
11	Os recolhimentos de ISS sobre os serviços cartorários são realizados com base na movimentação econômica dos cartórios existentes no município?		X
12	São realizados procedimentos para averiguar a correção dos valores informados e recolhidos pelas instituições cartorárias?	X	
13	O município possui procedimentos capazes de aferir regularmente a movimentação econômica de empresas de construção civil para fins de constituição do ISS?  Em caso positivo, descrever os procedimentos em folha anexa, de forma sucinta e objetiva	X	

14	São realizadas fiscalizações relativas às prestações de serviços tomados em atividades como segurança, limpeza e construção civil sujeitas a retenção do ISS, quando prestados por empresas não domiciliadas no município?	X	
15	Com relação aos tomadores de serviços, há previsão legal de obrigação acessória no sentido de informarem periodicamente os serviços que foram tomados e os respectivos ISS retidos?  Em caso positivo, indicar norma, artigo, inciso: <u>Decreto 35.057/2013, art. 4º, § 2º</u>	X	
16	Com relação ao Simples Nacional, o município possui procedimento implementado no intuito de comparar o faturamento declarado no PGDAS-D com o faturamento declarado com base na emissão de documentos fiscais?  Em caso positivo, descrever os procedimentos em folha anexa, de forma sucinta e objetiva'.		X
17	Há previsão na legislação tributária municipal de obrigatoriedade da expedição pela autoridade competente de instrumento legal de autorização para a realização de fiscalização do ISS?  Em caso positivo, indicar norma, artigo, inciso:		X
18	Há previsão na legislação tributária municipal de obrigatoriedade da expedição de “Termo de Início da Ação Fiscal” ou documentos similares que registrem o início da fiscalização?  Em caso positivo, indicar norma, artigo, inciso: <u>Lei 3.322/200, art. 5º, inciso I.</u>	X	

**Observação:** caso seja necessário complementar qualquer resposta, além do já acima solicitado, utilizar folha anexa, respondendo de forma sucinta e objetiva.

Belo Horizonte, 28/08/2019

Nome: Fábio Suga M. Soares  
 Cargo: Chefe de Seção de Rendas  
 Matrícula: 122387-9

## ANEXO

	O município realiza algum tipo de procedimento fiscalizatório dos contribuintes de ISS?		
3	<p>Observação: Exemplos de procedimentos: monitoramento da arrecadação do ISS com a finalidade de detectar oportunamente qualquer flutuação significativa na arrecadação, para fins de direcionar a realização de fiscalizações; procedimentos capazes de aferir regularmente a movimentação econômica das instituições bancárias e cartoriais, para fins de constituição do ISS; procedimento de conciliação entre o faturamento declarado no Portal do Simples Nacional e o total de documentos fiscais emitidos e declarados à Prefeitura.</p> <p><u>Através do sistema Giss Online, são extraídos relatórios onde verificamos a emissão de notas fiscais, a emissão de guias de ISS, os cancelamentos de notas fiscais, as guias geradas e não pagas, a relação de devedores, relação de maiores contribuintes, dentre outros</u></p>	X	

	Existe fiscalização baseada em monitoramento de arrecadação de contribuintes do ISS?		
4	<p>Em caso positivo, descreva em folha anexa, de forma sucinta e objetiva, o tipo de monitoramento, como: contribuintes inadimplentes, maiores contribuintes, arrecadação de ISS por comparação da arrecadação entre os contribuintes de mesma atividade, etc.</p> <p><u>Monitoramento é realizado na maior parte, através dos contribuintes inadimplentes.</u></p>	X	

	Os recolhimentos sobre os serviços bancários são realizados com base na movimentação econômica?		
7	<p><u>Com base no preço dos serviços.</u></p>	X	

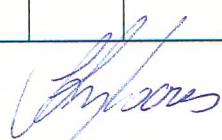


Fábio Sugá M. Soares  
Chefe de Seção de Rendas  
Matrícula 122387-9

11	<p>Os recolhimentos de ISS sobre os serviços cartorários são realizados com base na movimentação econômica dos cartórios existentes no município?</p> <p><u>Com base no preço dos serviços</u></p>		X
----	--	--	---

13	<p>O município possui procedimentos capazes de aferir regularmente a movimentação econômica de empresas de construção civil para fins de constituição do ISS?</p> <p>Em caso positivo, descrever os procedimentos em folha anexa, de forma sucinta e objetiva.</p> <p><u>O monitoramento é realizado através do sistema Giss Online, com cadastramento de obras específico. Atualmente, o acompanhamento realizado é somente de empresas da área de construção civil. As obras de pessoa física, infelizmente não são monitoradas no que diz respeito ao recolhimento de ISS.</u></p>		X
----	---	--	---

16	<p>Com relação ao Simples Nacional, o município possui procedimento implementado no intuito de comparar o faturamento declarado no PGDAS-D com o faturamento declarado com base na emissão de documentos fiscais?</p> <p>Em caso positivo, descrever os procedimentos em folha anexa, de forma sucinta e objetiva.</p> <p><u>Não existe procedimento para acompanhamento do Simples Nacional. O acesso é realizado através do Portal do Simples Nacional que requer certificado digital. Mas atualmente a Prefeitura dispõe apenas de 1 certificado em nome do Prefeito, e que fica em poder da Contabilidade. Já solicitamos há 2 anos a compra de 3 certificados para a Superintendência de Receitas, porém não obtivemos sucesso até o momento.</u></p> <p><u>Mensalmente pedimos o certificado “emprestado” para baixar arquivos do Simples Nacional, no intuito de alimentar a Giss Online com essas informações.</u></p>		X
----	--	--	---



Fábio Soárez M. Soares  
Chefe de Seção de Rendas  
Matrícula: 22387-9